

Criação e implementação do ambulatório trans da Universidade do Estado do Rio de Janeiro: experiência do Ambulatório Identidade Transdiversidade

Michelle de Moura Balarini¹

Marcos Lopes de Miranda²

Sara Wagner York/Sara Wagner Pimenta Gonçalves Júnior³

Rogério Bosignoli⁴

Resumo: A transfobia no sistema de saúde, manifestada por práticas discriminatórias e abordagens patologizantes, evidencia a carência de unidades de atendimento que respeitem a individualidade da população trans e superem barreiras de acesso. Este trabalho relata a experiência de criação e implementação do Ambulatório Identidade Transdiversidade na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, visando inspirar iniciativas similares. A operacionalização do projeto incluiu a formação de equipe multidisciplinar e o estabelecimento de protocolos de atendimento personalizados, com foco na saúde integral do indivíduo trans. Capacitação contínua e participação ativa da comunidade trans foram fundamentais no processo. Em poucos meses, um número expressivo de atendimentos foi realizado, indicando importante demanda reprimida. Os feedbacks extremamente positivos dos usuários trans demonstram a eficácia do ambulatório em atender as suas necessidades específicas. Conclui-se que o Identidade foi um marco na promoção da saúde trans, reduzindo o estigma e aprimorando a qualidade do atendimento.

Palavras-chave: Serviços de saúde para pessoas transgênero. Equipe de Assistência ao Paciente. Pessoas transgênero. Transexualidade.

¹ Mestre em Endocrinologia pela UFRJ. Médica Endocrinologista da UERJ. E-mail michelle.balarini@hupe.uerj.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9866053983820388>. ORCiD: <https://orcid.org/0009-0006-8676-3480>.

² Mestre e Doutor em Fisiopatologia Clínica e Experimental pela UERJ. Professor Associado da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ. E-mail marcoslmiranda@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1171233208858454>. ORCiD: <https://orcid.org/0009-0009-0971-9998>.

³ Mestre e Doutoranda em Educação pela UERJ. Professora EAD da UERJ. E-mail sarawagneryork@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9084306265158131>. ORCiD: <https://orcid.org/0000-0002-4397-891X>.

⁴ Mestre em Medicina pela UERJ. Professor da Faculdade de Ciências Médicas da UERJ. E-mail rbosignoli@gmail.com. ORCiD: <https://orcid.org/0009-0009-7078-7869>.

A estigmatização de identidades de gênero divergentes dos padrões cis-heteronormativos contribui significativamente para os desafios enfrentados pela população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer/Questionando, Intersexuais, Assexuais/Aliados e mais (LGBTQIA+) (Calazans *et al.*, 2021). Esta realidade afeta diretamente a saúde, onde precariedade e disparidade na disponibilidade e qualidade dos serviços para esta população, sobretudo para indivíduos transgêneros, são exacerbadas por preconceito e desconhecimento por parte dos profissionais de saúde (Calazans *et al.*, 2021). Tais barreiras limitam o acesso a serviços essenciais, impactando negativamente o bem-estar dessa comunidade (Albuquerque *et al.*, 2016; Brasil, 2015).

A transfobia no sistema de saúde, manifestada por práticas discriminatórias e abordagens patologizadoras, não só provoca sofrimento, mas também marginaliza esses indivíduos. Destaca-se, assim, a importância de políticas públicas voltadas para criação de ambientes de atendimento acolhedores, afirmativos e integrais em relação à identidade de gênero, exigindo engajamento social contínuo e uma compreensão ampla da diversidade humana (Calazans *et al.*, 2021; Lucena *et al.*, 2022; Monteiro; Coimbra; Mendonça Filho, 2006). Neste contexto, a materialização de ambulatórios especializados, que proporcionem um serviço multidisciplinar de assistência, planejado e adaptado às necessidades da população trans, melhora o acesso ao Processo Transexualizador do Sistema Único de Saúde (PTSUS), permitindo a oferta de procedimentos seguros e validados para modificação corporal e adequação à identidade de gênero.

Esses serviços têm potencial para aprimorar o atendimento à população trans em todo o país, sendo o Ambulatório Identidade Transdiversidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) um exemplo exitoso a ser compartilhado.

Descrição do problema, justificativa e objetivo

Estima-se que pessoas transgênero constituam 1,88% da população brasileira (Spizzirri *et al.*, 2021). Aplicando essa proporção ao Estado do Rio de Janeiro,

projeta-se um total aproximado de 328.000 indivíduos (IBGE, 2020; Monteiro; Coimbra; Mendonça Filho, 2006). A população trans enfrenta demanda significativa por serviços de saúde mental e física especializados, especialmente devido à alta incidência de disforia de gênero (Spizzirri *et al.*, 2021). Isso é evidenciado pela lista de espera de 1023 pessoas aguardando atendimento clínico para hormonização em junho de 2024 no sistema de regulação de vagas do Estado do Rio de Janeiro (SES RJ, 2024). Essa disparidade entre demanda e oferta não é exclusiva deste Estado, refletindo uma realidade global e a urgência de expandir e aprimorar os cuidados de saúde para esses indivíduos. Além da subnotificação, a ausência de dados oficiais sobre a população trans reforça sua invisibilidade estatística, dificultando a formulação de políticas públicas eficazes e perpetuando o apagamento institucional dessas existências, como observa York (2020).

As políticas públicas não estão dadas e nem prontas apenas por estarem previstas em lei. Há a necessidade de constante engajamento social para que efetivamente possam existir e se sustentar ao longo dos governos. É necessário que se repense a relação entre Estado e políticas públicas, pois esses termos não podem ser tomados como sinônimos, tendo em vista que uma política estatal não necessariamente efetivará o seu caráter público. Este é afirmado aqui como o exercício de construção, negociação e tensionamento com as diferenças próprias da existência humana, atrelado à experiência concreta das diferentes pessoas, usuárias e trabalhadoras das políticas públicas. Nessa direção, o público não se define com base em um conceito abstrato ou universal de humano, mas na diversidade de corpos que constituem essa humanidade.

Até 2021, quando o Estado do Rio de Janeiro já apresentava extensa lista de espera para hormonização, o Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione (IEDE), vinculado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Rio de Janeiro, era o único serviço público no Estado credenciado pelo Ministério da Saúde (MS) para o acompanhamento do PTSUS. O Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) da UERJ, embora habilitado para atendimento ambulatorial e hospitalar desde a portaria MS nº 457 de 19 de agosto de 2008, não oferecia serviço multidisciplinar

específico voltado para atenção integral à saúde trans e hormonização, mas concentrava-se nas cirurgias de redesignação sexual (Brasil, 2008).

Este cenário motivou o Serviço de Endocrinologia da UERJ a desenvolver um projeto para um centro de excelência em assistência, pesquisa e educação em saúde trans, culminando na inauguração do Ambulatório Identidade Transdiversidade. A intervenção visou melhorar a qualidade do atendimento clínico a indivíduos trans, com práticas baseadas em evidências, além de promover um ambiente educacional inclusivo para profissionais e estudantes da área da saúde e para a comunidade. Enfatizando práticas afirmativas de cuidado e atenção em saúde, voltadas ao combate ao estigma e à discriminação, o ambulatório proporciona um ambiente seguro e acolhedor que valida a transdiversidade, permitindo que as pessoas recebam atendimento abrangente, que abarca tanto cuidados de saúde quanto apoio social.

Este artigo objetiva apresentar esta iniciativa e seu *modus operandi*, com a ambição de inspirar o desenvolvimento de serviços similares em outras regiões do país.

Métodos

Este relato de experiência descreve a criação e implementação do Ambulatório Identidade Transdiversidade na UERJ, inaugurado no primeiro semestre de 2022. Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, com abordagem qualitativa e caráter documental. A análise baseia-se nos registros institucionais do processo de implementação do ambulatório, nas diretrizes assistenciais elaboradas pela equipe multiprofissional e nos relatos espontâneos de usuários, colhidos no contexto assistencial, sem utilização de instrumentos padronizados de coleta. Não houve, neste momento, aplicação de questionários estruturados nem sistematização de dados quantitativos, dado que o objetivo do estudo está centrado na descrição processual e na reflexão crítica sobre a prática. A experiência é apresentada com o intuito de contribuir com instituições interessadas em desenvolver serviços similares, respeitando as singularidades locais e os princípios da equidade em saúde. A operacionalização deste centro dedicado à saúde trans seguiu uma abordagem estruturada replicável.

Formação da equipe e capacitação

A base da equipe multidisciplinar foi planejada após revisão da literatura e das regulamentações legais. Composta inicialmente por especialistas em endocrinologia, endocrinopediatria, serviço social, psicologia, enfermagem, psiquiatria, dermatologia, urologia, ginecologia, fonoaudiologia, pedagogia e direito, a equipe expandiu-se para incluir nutrição, educação física e cirurgia bucomaxilofacial. Todos os membros do Identidade receberam treinamento em saúde trans e transdiversidade proporcionado por especialistas e participaram de visita técnica virtual ao serviço do IEDE. Destaca-se também a participação da equipe em capacitação sobre saúde LGBTQIA+ oferecida pelo Instituto Saudiversidade, bem como a integração de pessoas trans em diferentes níveis do *staff*, incluindo assistência, gestão e treinamento (Instituto Saudiversidade, 2021).

Jornada e experiência do usuário

O ambulatório priorizou a jornada e satisfação do usuário trans, criando uma experiência inclusiva e acolhedora. Após o primeiro atendimento, um canal exclusivo de comunicação via aplicativo de mensagens é disponibilizado aos usuários, assegurando comunicação direta e personalizada e facilidade de acesso aos serviços oferecidos. Ao garantir que todas as interações transcorram com sensibilidade e compreensão das necessidades da população trans, o canal auxilia na promoção de um ambiente de suporte e confiança. Além disso, para respeitar e validar a identidade de gênero de cada indivíduo durante sua jornada, o Identidade implementou cartões de atendimento customizados para refletir o nome social (ou o retificado) e os pronomes de preferência do usuário. Outra inovação envolveu o aprimoramento do Prontuário Eletrônico do Paciente, que passa por um processo contínuo de adaptação para assegurar o respeito à identidade de gênero. Tais mudanças visam não apenas incorporar campos específicos em documentos de saúde, mas também garantir que toda a

comunicação e cultura institucional estejam alinhadas com esses elementos, assegurando que, desde o primeiro ponto de contato no ambulatório, os usuários se sintam vistos e respeitados em sua identidade e escolhas.

O Identidade serve como um polo de apoio comunitário, educação em saúde e defesa dos direitos trans, agindo não só como provedor de serviços de saúde, mas também como um local de encontro e troca para a comunidade trans, fortalecendo redes de apoio e promovendo o empoderamento dos usuários, que formaram espontaneamente um grupo independente de conversa em um aplicativo de mensagens instantâneas, facilitando encontros e compartilhamento de informações.

Estrutura de atendimento

Para acomodar 13 especialidades, abrangendo extenso grupo de profissionais, atualmente os atendimentos são realizados em salas dispersas pelo HUPE. Para garantir a coesão da equipe multidisciplinar e a excelência no cuidado integrado, são realizadas reuniões semanais presenciais e por videoconferência para discussão de casos clínicos e atualização técnica dos profissionais. Como forma de aprimorar a qualidade assistencial e proporcionar maior conforto aos usuários, os serviços estão sendo progressivamente transferidos para a Policlínica Piquet Carneiro (PPC), integrante do Complexo de Saúde da UERJ. A PPC oferece instalações modernas e adequadas, além de permitir concentração da equipe em um único local. Entretanto, a PPC ainda aguarda habilitação do MS para execução do PTSUS.

Primeiro atendimento e exame físico

Endocrinologistas ou endocrinopediatras realizam o acolhimento inicial, focando na compreensão integral do usuário. Este primeiro encontro visa conhecer o indivíduo, abordando identidade de gênero, pronomes de preferência, jornada de autorreconhecimento como pessoa trans, início da transição social, orientação sexual, relacionamentos, suporte familiar e social, experiências prévias, expectativas e interesse

do indivíduo quanto à hormonização e modificações corporais, incluindo cirurgias, além de considerações sobre prole e fertilidade. As perspectivas do indivíduo trans são discutidas com a equipe de forma realista e clara, esclarecendo as possibilidades de atendimento e expectativas existentes. Um exame físico cuidadoso é conduzido para minimizar desconfortos e evitar exposição desnecessária. No mesmo dia, uma consulta no Serviço Social levanta dados sociodemográficos e mapeia a rede de apoio do usuário e suas necessidades atuais, como retificação de documentos e questões de transporte. Também são fornecidas orientações sobre cidadania, direitos legais e acesso a órgãos de suporte.

Consultas subsequentes e exames complementares

Consultas de retorno e exames de sangue e imagem são agendados após a consulta inicial, seguindo protocolos nacionais e internacionais específicos para a população trans (SBPC/ML-SBEM-CBR, 2019; Hembree, *et al.*, 2017; Coleman, *et al.*, 2022). A realização dos exames complementares no próprio HUPE garante a continuidade e integração do cuidado.

Consentimento informado e hormonização

A hormonização é um aspecto fundamental na transição de muitas pessoas trans, utilizando hormônios sexuais para alinhar características físicas com a identidade de gênero. Após a avaliação inicial, inexistindo contraindicações, o modelo de Consentimento Informado é aplicado, discutindo-se objetivos, riscos e benefícios dos medicamentos (Coleman *et al.*, 2022). Não é exigido laudo psiquiátrico ou psicológico adicional. Para adolescentes acima de 16 anos, é necessário o Termo de Assentimento dos responsáveis (Brasil, 2019). Uma vez iniciado, o protocolo de hormonização inclui monitoramento clínico multidisciplinar e laboratorial periódico, essencial para acompanhar a resposta aos hormônios e identificar eventuais efeitos adversos.

Restrições legais

A Resolução n. 2.265/2019 do Conselho Federal de Medicina restringe o bloqueio puberal em adolescentes transgêneros a contextos de pesquisa clínica (Brasil, 2019). Consequentemente, até que haja a aprovação de projeto específico pelo Comitê de Ética em Pesquisa do HUPE, o Identidade não realiza intervenções hormonais antes dos 16 anos.

Resultados

Desde sua inauguração em 17 de maio de 2022, data que simboliza o compromisso com a luta contra a LGBTfobia, o Ambulatório Identidade Transdiversidade tornou-se um marco na promoção da saúde integral de pessoas trans no Estado do Rio de Janeiro.

Inicialmente, as marcações dependiam de encaminhamentos provenientes do Complexo de Saúde da UERJ. Rapidamente, essa dinâmica expandiu-se para acolher pacientes do Sistema Estadual de Regulação. Atualmente, todas as vagas para maiores de 16 anos vêm deste sistema. Para adolescentes, a abordagem é diferenciada, com encaminhamentos sendo realizados pelo Núcleo de Estudos da Saúde do Adolescente (NESA) da UERJ.

Até junho de 2024, foram atendidos 268 indivíduos, a partir de 10 anos de idade, incluindo 252 adultos e 16 menores, com uma ampla diversidade de gênero: 124(46%) transmasculinos, 136(51%) transfemininas e 8(3%) pessoas não binárias.

O impacto do ambulatório é vividamente refletido nos relatos dos usuários. Seus *feedbacks* destacam não apenas a excelência clínica, mas também a criação de um ambiente de aceitação e compreensão. Destacam-se o apoio, a atmosfera acolhedora e a redução da experiência de transfobia como aspectos fundamentais do atendimento recebido:

“É maravilhoso! Dá vontade de ir às consultas! Cada consulta é um abraço que a gente recebe de diversas formas... Sempre é recebido

com sorrisos, de forma muito amorosa e acolhedora.” (T.R.) (TV UERJ, 2023).

“[...] a equipe do Identidade me atendeu com muito cuidado, respeito e empatia. Ali a gente pode rir, chorar, gritar, mostrar quem a gente é, pois eles estão do nosso lado. Hoje eu sou um novo homem, um novo ser humano, e sou muito grato.” (C.E.V.M.) (UERJ Notícia, 2023).

Uma parte significativa do sucesso do Identidade deve-se à personalização dos protocolos de hormonização, abarcando atualmente a maioria dos adultos atendidos. São protocolos que proporcionam suporte médico e apoio psicológico e social durante o processo de transição. Adicionalmente, um número expressivo de usuários também já foi avaliado para realização de procedimentos cirúrgicos. Os depoimentos de usuários não apenas validam a eficácia técnica do atendimento, mas também evidenciam como o ambulatório opera como espaço de reconhecimento e legitimação identitária. Como aponta Bortolini (2022), o ambiente escolar e institucional frequentemente funciona como reprodutor de normas cis-heteronormativas, impondo violências simbólicas aos corpos dissidentes. Inverter essa lógica, como faz o Ambulatório Identidade, é provocar deslocamentos na experiência institucional que repercutem diretamente na adesão ao cuidado, na segurança subjetiva dos usuários e no sentimento de pertencimento. Trata-se, portanto, de um processo pedagógico institucional – em que o cuidado não apenas acolhe a diferença, mas aprende com ela e se transforma em consequência dela.

Em andamento, a centralização dos atendimentos e da equipe na PPC visa aprimorar e expandir a oferta de serviços pelo ambulatório. Como elemento fundamental desse processo, os funcionários da PPC receberam treinamento específico pela equipe do Identidade, preparando-os para atender às necessidades da população trans.

Além da assistência, o Identidade também se dedicou ao ensino, pesquisa e extensão. Isso envolveu a integração de residentes, internos e estagiários na jornada de cuidados às pessoas trans, enriquecendo práticas profissionais e fomentando intercâmbio de experiências com diversos *fellows* nacionais e internacionais que visitaram o serviço.

A formação crítica promovida pelo Ambulatório Identidade Transdiversidade se alinha a outras iniciativas pedagógicas baseadas na escuta das vivências trans, como as descritas por Coradini e Santos (2024) ao etnografarem a atuação digital de Sara Wagner York. O cotidiano do ambulatório envolve estudantes e profissionais em um processo de aprendizagem atravessado por experiências reais, afetos e deslocamentos éticos, ampliando a compreensão sobre cuidado em saúde para além da técnica, onde a escuta das experiências de vida dos usuários e a valorização de seus relatos como indicadores de sucesso assistencial revelam uma virada epistemológica na prática institucional. Em vez de reproduzir a lógica verticalizada da biomedicina, o serviço opera como espaço de aprendizagem mútua e co-construção do cuidado.

Vários trabalhos e manifestos foram apresentados em eventos acadêmicos, sociais e políticos, ressaltando o compromisso do ambulatório com a disseminação do conhecimento e promoção ativa da saúde trans. Destaques dessa trajetória foram os dois Seminários do Identidade, comemorativos dos aniversários de funcionamento do ambulatório, em maio de 2023 e 2024, na UERJ (TV UERJ, 2023; UERJ Notícia, 2023; UERJ Agenda, 2024; Mendonça, 2024). Os eventos incluíram palestras educacionais, painéis de discussão e depoimentos de usuários, que destacaram as transformações positivas experimentadas como assistidos do Ambulatório. Ainda em comemoração ao segundo aniversário do Identidade, foram lançados em maio 2024 o Instagram e o canal do YouTube do Identidade (Serviço Identidade – Transdiversidade, 2024; YouTube Ambulatório Identidade – Transdiversidade UERJ, 2024). Neste canal, estão sendo liberados periodicamente os episódios de uma minissérie documental chamada PRELÚDIO – ATO DA SAÚDE, produzida sem fins lucrativos por um de nossos usuários com o objetivo de divulgar a história, motivação, propósito, desafios e aliados na construção do Ambulatório Identidade Transdiversidade e tornar transparente os desafios enfrentados para tornar o acesso à saúde algo concreto para população transgênero. Além disso, busca-se, sobretudo, ressaltar as conquistas e os apoiadores nessa empreitada desafiadora e necessária (YouTube Ambulatório Identidade – Transdiversidade UERJ, 2024). Já em junho de 2024, a equipe do Identidade realizou visita institucional ao Grupo Arco-íris, onde estava também presente a Secretária

Municipal de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro. Foi estabelecida uma parceria para encaminhamento dos usuários para programas de empregabilidade, jovem aprendiz e cursos profissionalizantes.

Discussão

A inauguração do Ambulatório Identidade Transdiversidade representou um avanço significativo na promoção da saúde integral da população trans no Estado do Rio de Janeiro. O atendimento de grande volume de usuários em poucos meses de funcionamento evidencia a existência de uma demanda reprimida por esses serviços no Estado, mas também ressalta a capacidade do ambulatório em responder eficazmente a essa necessidade. Os relatos impactantes das experiências positivas dos assistidos, marcadas principalmente pelo respeito e acolhimento, atestam o êxito do Ambulatório em criar um espaço seguro e afirmativo, fundamental para saúde e bem-estar psicossocial dos indivíduos trans.

A proposta do Ambulatório Identidade Transdiversidade está em consonância com a perspectiva interseccional discutida por Bortolini (2022), ao reconhecer que as desigualdades em saúde não derivam apenas da identidade de gênero, mas da articulação entre gênero, raça, classe e sexualidade. A inclusão de pessoas trans na equipe assistencial e na elaboração das práticas de cuidado configura uma ruptura com a lógica cisnormativa dominante nas instituições de saúde e ensino, promovendo deslocamentos simbólicos e epistemológicos. Nesse sentido, o ambulatório atua não apenas como espaço assistencial, mas também como lugar de reconstrução de saberes e escuta qualificada, em que as experiências de vida se tornam referência para o cuidado. Essa lógica se aproxima do que Sara Wagner York (2020) conceitua como *epistemologia travesti* – um modo de produção de conhecimento que valoriza os saberes corporificados, a resistência cotidiana e a experiência situada como fundamentos para práticas éticas e afirmativas no campo da saúde.

Em conformidade com a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, o Identidade foi concebido em colaboração com a comunidade trans, visando satisfazer

necessidades específicas e assegurar sua representatividade (Brasil, 2011). Esta parceria estabeleceu um ambiente de atendimento que transcende a tradicional função médica, transformando-se em um ponto de apoio social, psicológico, educacional e de defesa dos direitos trans. A participação ativa das comunidades trans na criação e implementação das linhas assistenciais é vital para a efetividade e sustentabilidade deste modelo de serviço. Adotando práticas inclusivas e reestruturando o cuidado com empatia e sensibilidade, o ambulatório promove uma experiência de transição mais positiva e incentiva o empoderamento de seus usuários.

O protocolo de hormonização personalizado adotado pelo Identidade, que respeita a autonomia do usuário e reconhece as singularidades e nuances de cada jornada de transição, exemplifica este empoderamento. Esta Linha de Cuidado enfatiza a adaptação das prescrições às necessidades individuais. Nela, discussões abertas e transparentes sobre expectativas e limitações da hormonização são essenciais, especialmente em relação às mudanças em características sexuais secundárias e seus impactos. Essas conversas constroem uma relação de confiança e promovem a adesão ao tratamento (Machado; Sant'Anna; Fim, 2023; Schlüter; Sabino, 2021). Tal abordagem é especialmente significativa para indivíduos não-binários, sublinhando a necessidade de abordagem que respeite plenamente a diversidade das experiências trans.

Outro aspecto fundamental na concepção do ambulatório foi seu enfoque multidisciplinar. Alinhando-se às diretrizes do MS, diversas perspectivas foram incorporadas para oferecer cuidado integral aos usuários (Brasil, 2013; Lucena *et al.*, 2022). Esta estratégia permite uma assistência que ultrapassa os limites da saúde física, estendendo-se aos desafios socioeconômicos e às diversas formas de violência enfrentados pela população trans (Brasil, 2011). É uma abordagem transformadora na maneira como a saúde e bem-estar trans são percebidos.

Dada sua magnitude, a operacionalização do Ambulatório Identidade enfrentou desafios significativos, sobretudo no acesso a hormônios pelo SUS. Buscando endereçar este problema, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro tem trabalhado por melhorias no fornecimento dos medicamentos. Enquanto aguardam soluções mais definitivas, os usuários recebem orientações detalhadas sobre o custeio judicial para

assegurar suas prescrições. Outra complexidade reside na demanda crescente por cirurgias de modificação corporal, algumas não oferecidas pelo Complexo de Saúde da UERJ. Isto motivou a busca por parcerias nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Rio de Janeiro, visando expandir os serviços disponíveis. Tais limitações e desafios não refletem apenas obstáculos logísticos e financeiros, mas também evidenciam lacunas nas políticas de saúde pública. Com abordagens estratégicas e comprometidas para sua transposição, o Identidade vem superando os contratempos.

Ainda que represente um avanço inegável, a institucionalização de serviços afirmativos como o Identidade traz consigo desafios significativos. A sustentação de práticas transafirmativas depende não apenas da infraestrutura física e de recursos humanos, mas sobretudo de compromissos ético-políticos que podem se fragilizar diante de mudanças administrativas, cortes orçamentários ou da excessiva burocratização institucional. Como alerta York (2020), há o risco de que a lógica das instituições públicas se sobreponha à escuta da base comunitária, neutralizando a potência crítica das ações e esvaziando a participação ativa da população trans. Para evitar esse esvaziamento, é necessário consolidar práticas de formação continuada das equipes, fomentar espaços de escuta interna e garantir mecanismos democráticos de governança, nos quais a comunidade trans tenha papel deliberativo – assegurando que os serviços não apenas atendam, mas sejam continuamente recriados com ela e por ela.

O sucesso alcançado pelo Ambulatório, incentiva a multiplicação de iniciativas similares que atendam às necessidades das comunidades trans. Nesse sentido, a experiência relatada oferece um roteiro valioso para outras instituições, com práticas replicáveis e adaptáveis às diferentes realidades locais em todo o país. Finalmente, objetivando-se o avanço da saúde trans no Brasil, é imperativo que pesquisas empíricas priorizem a eficácia de diferentes abordagens de cuidados, gerando dados que possam orientar a prática assistencial e a formulação de políticas públicas.

Conclusão

Respondendo à demanda de cuidados de saúde que respeitem a individualidade trans e superem barreiras de acesso, o Ambulatório Identidade Transdiversidade criou um espaço seguro e acolhedor, demonstrando que a implementação de serviços de saúde focados na integralidade das necessidades do indivíduo transgênero, não apenas é viável, mas também profundamente transformadora. Para além de melhorar a qualidade do atendimento, o ambulatório reduziu o estigma à saúde da pessoa trans, integrando serviços de saúde, suporte comunitário, educação e defesa de direitos. O sucesso do Identidade inspira a criação de serviços similares em outras regiões do Brasil.

Referências

ALBUQUERQUE, Grayce Alencar *et al.* Access to health services by lesbian, gay, bisexual, and transgender persons: systematic literature review. **BMC International Health and Human Rights**, v. 16, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12914-015-0072-9>. Disponível em: <https://bmcinthealthhumanrights.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12914-015-0072-9>. Acesso em: 18 mai. 2025.

BORTOLINI, Alexandre. Uma perspectiva interseccional de gênero para entender e transformar a educação. In: YORK, Sara Wagner; SILVA, Sérgio Luiz Baptista; NOLASCO-SILVA; Leonardo (org.). **Gênero e sexualidade na Educação**. Salvador: Devires, 2022. p. 27-54. Disponível em: https://www.academia.edu/99171766/Uma_perspectiva_interseccional_de_g%C3%AAnero_para_entender_e_transformar_a_educa%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 18 maio 2025.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina. **Resolução n. 2265/2019**. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM n. 1.955/2010. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 20 set. 2019. Disponível em: <https://sistemas.cfm.org.br/normas/visualizar/resolucoes/BR/2019/2265>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2803**. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: Ministério da Saúde, 19 nov. 2013. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 457**. Regulamentação do Processo Transexualizador no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 19 ago. 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Transexualidade e travestilidade na saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2836**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT). Brasília: Ministério da Saúde, 1 dez. 2011. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 13 fev. 2024.

CALAZANS, Gabriela *et al.* Necessidades de saúde: demografia, panorama epidemiológico e barreiras de acesso. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir (orgs.). **Saúde LGBTQIA+: Práticas de cuidado transdisciplinar**. Santana de Parnaíba: Manole, 2021. p. 82-91.

COLEMAN, Eli *et al.* Standards of care for the health of transgender and gender diverse people, version 8. **International Journal of Transgender Health**, v. 23, n. sup1, p. S1–S259, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/26895269.2022.2100644>. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/26895269.2022.2100644>. Acesso em: 18 mai. 2025.

CORADINI, Fábio dos Santos; SANTOS, Edméa Oliveira. Epistemologia travesti: uma etnografia online de Sara Wagner York. **Revista de Educação PUC-Campinas**, v. 29, e2412825, 2024. DOI: <https://doi.org/10.24220/2318-0870v29a2024e12825>. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/edpuc/v29/2318-0870-edpuc-29-e2412825.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

HEMBREE, Wylie *et al.* Endocrine treatment of gender-dysphoric/gender-incongruent persons: An endocrine society clinical practice guideline. **Journal of Clinical Endocrinology and Metabolism**, v. 102, n. 11, p. 3869-3903, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1210/jc.2017-01658>. Disponível em: https://core.ac.uk/reader/153399329?utm_source=linkout. Acesso em: 18 maio 2025.

IBGE. **População residente das unidades da federação e grandes regiões – 2020**. Brasília: IBGE, [2020]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=28674&t=destaques>. Acesso em: 31 out. 2023.

INSTITUTO SAUDIVERSIDADE. **Curso saúde LGBTQIA+ – Práticas de cuidado transdisciplinar**. São Paulo: ASA Saúde Educacional, Instituto Saudiversidade, [2021]. Disponível em: <https://www.saudelgbtqia.com/curso>. Acesso em: 13 fev. 2024.

LUCENA, Marcelle Medeiros *et al.* Serviços de atendimento integral à saúde de transexuais e travestis no Sistema Único de Saúde: Uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 17, n. 44, p. 2964, 2022. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc17\(44\)2964](https://doi.org/10.5712/rbmfc17(44)2964). Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/2964/1702>. Acesso em: 18 maio 2025.

MACHADO, Rafael da Silva; SANT'ANNA, Tatiani Almeida Louzado; FIM, Matheus Magno dos Santos. Construindo um ambulatório para a população transgênero: relato de experiência no contexto da Residência de Medicina de Família e Comunidade. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 18, n. 45, p. 3830, 2023. DOI: [https://doi.org/10.5712/rbmfc18\(45\)3830](https://doi.org/10.5712/rbmfc18(45)3830). Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/3830/1880>. Acesso em: 18 maio 2025.

MENDONÇA, Lorrane. Ambulatório no HUPE é referência em atendimento à população trans no Rio de Janeiro. **Rádio Uerj**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.cte.uerj.br/noticias/ambulatorio-no-hupe-e-referencia-em-atendimento-a-populacao-trans-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

MONTEIRO, Ana; COIMBRA, Cecília; MENDONÇA FILHO, Manoel. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 7-12, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000200002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RBnLTrRmjz936kymZLcNn5D/?lang=pt>. Acesso em: 18 maio 2025.

SBPC/ML-SBEM-CBR. **Posicionamento conjunto - Medicina diagnóstica inclusiva: cuidando de pacientes transgênero**. Brasil: SBPC/ML, SBEM e CBR, 2019. Disponível em: https://www.endocrino.org.br/media/pdfs_documentos/posicionamento_trangenero_sbem_sbpcml_cbr.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

SCHLÜTER, Karine; SABINO, Marianne Regina Araújo. Hormonização em adultos. In: CIASCA, Saulo Vito; HERCOWITZ, Andrea; LOPES JUNIOR, Ademir (org.). **Saúde LGBTQIA+: Práticas de cuidado transdisciplinar**. Santana de Parnaíba: Manole, 2021. p. 451-459.

SERVIÇO IDENTIDADE – TRANSDIVERSIDADE. **Ambulatório Identidade – Transdiversidade**. Rio de Janeiro, 17 abr. 2024. Instagram: @identidade.uerj. Disponível em: <http://instagram.com/identidade.uerj>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SES RJ. **Painel ambulatório**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro. Complexo Estadual de Regulação, [2024]. Disponível em: <https://painel.saude.rj.gov.br/Regulacao/Ambulatorio.html>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SPIZZIRRI, Giancarlo *et al.* Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. **Scientific Reports**, v. 11, n. 1, p. 2240, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-81411-4>. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-021-81411-4.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2025.

TV UERJ. Projeto Identidade completa um ano | Uerj em Pauta. YouTube, 29 de maio 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vMnehClkmjg>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UERJ AGENDA. **II Seminário do Ambulatório Identidade – Transdiversidade**. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.uerj.br/agenda/ii-seminario-do-ambulatorio-identidade-transdiversidade/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

UERJ NOTÍCIA. **Ambulatório de Transdiversidade do Hupe-Uerj comemora um ano de atendimento à população transgênero do Rio**. Rio de Janeiro, [2023]. Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/ambulatorio-de-transdiversidade-do-hupe-uerj-comemora-um-ano-de-atendimento-a-populacao-transgenero-do-rio/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

YORK, Sara Wagner. **Tia, você é homem? Trans da/na educação: des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: <http://www.bdtu.uerj.br/handle/1/16716>. Acesso em: 18 mai. 2025.

YOUTUBE AMBULATÓRIO IDENTIDADE – TRANSDIVERSIDADE UERJ. **Ambulatório Identidade – Transdiversidade UERJ**. Rio de Janeiro, [2024]. Disponível em: <https://www.youtube.com/@AmbulatorioIdentidadeUERJ>. Acesso em: 15 jun. 2024.

Creation and implementation of the trans clinic at the State University of Rio de Janeiro: experience of the Ambulatório Identidade Transdiversidade

Abstract: Transphobia in healthcare, characterized by discriminatory practices and pathologizing attitudes, underscores the lack of care facilities that respect the trans population's individuality and address access barriers. This study details the experience of creating and implementing the Ambulatório Identidade Transdiversidade, a transdiversity clinic at the State University of Rio de Janeiro, aiming to inspire similar initiatives. Project's operationalization included assembling a multidisciplinary team and crafting tailored care protocols, focusing on the comprehensive transgender healthcare. Continuous training and the trans community's active involvement were essential to the initiative. In its initial months, the clinic conducted a considerable volume of consultations, revealing a significant unmet demand for specialized trans health services. Exceptionally positive feedback from trans patients attests to the clinic's success in fulfilling these unique healthcare needs. It is concluded that the Identity clinic represents a significant advancement in trans health promotion, diminishing stigma and improving care quality.

Keywords: Health Services for Transgender Persons. Patient Care Team. Transgender Persons. Transsexualism.

Recebido: 08/10/2024

Aceito: 27/05/2025